

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	5
INTRODUÇÃO	17

1

OS CONTORNOS DA PROIBIÇÃO DE DUPLA PERSECUÇÃO PENAL	23
1.1 VARIAÇÕES TERMINOLÓGICAS.....	23
1.2 VERTENTES PROCESSUAL E MATERIAL DO <i>NE BIS IN IDEM</i>	26
1.3 JUSTIFICATIVAS PARA A EXISTÊNCIA DA PRO- TEÇÃO CONTRA DUPLA PERSECUÇÃO PENAL....	33
1.3.1 As justificativas no <i>common law</i>	36
1.3.1.1 Conduta indevida da promotoria pública	40
1.3.2 As justificativas no <i>civil law</i>	43
1.4 A ESSÊNCIA DA COISA JULGADA	50
1.4.1 Fundamento jurídico	53
1.4.2 Fundamento político	59
1.5 COISA JULGADA E <i>NE BIS IN IDEM</i>	62

2

ORIGENS E ASPECTOS HISTÓRICOS DA PROIBIÇÃO DE DUPLA PERSECUÇÃO PENAL.... 67

2.1	NA ROMA ANTIGA.....	70
2.2	NA EUROPA MEDIEVAL	75
2.3	NO DIREITO CANÔNICO	78
2.4	NA INQUISIÇÃO ECLESIAÍSTICA.....	80
2.5	NA INQUISIÇÃO LAICA.....	82
2.6	NO DIREITO ANGLO-AMERICANO	86
2.7	NO DIREITO PÓS-ILUMINISTA.....	89

3

A CONSOLIDAÇÃO DA PROIBIÇÃO DE DUPLA PERSECUÇÃO PENAL NO DIREITO INGLÊS 95

3.1	O AUTORITARISMO E A IRRACIONALIDADE PUNITIVA COMO MÓVEIS PARA A PROTEÇÃO DO INDIVÍDUO	96
3.2	DISPUTA ENTRE O PODER DO MONARCA E O PODER DA IGREJA.....	102
3.3	DUPLICIDADE DE ACUSAÇÕES: REAL E PARTICULAR.....	104
3.4	ANTIGOS MECANISMOS DE DEFESA NO DIREITO INGLÊS: <i>PLEAS OF AUTREFOIS ACQUIT, CONVICT, ATTAINT E PARDON</i>	108
3.5	A PROIBIÇÃO DE DUPLA PERSECUÇÃO PENAL NO DIREITO INGLÊS ATUAL	110
3.5.1	Restrições construídas pela jurisprudência ...	113
3.6	A NOVA POLÍTICA CRIMINAL DA INGLATERRA: O <i>CRIMINAL JUSTICE ACT 2003</i>	115

3.6.1	Procedimento para a admissibilidade ou não do novo julgamento.....	117
3.6.1.1	Requisitos materiais para a admissibilidade de novo julgamento.....	119
3.6.1.1.1	Prova nova e convincente...	119
3.6.1.1.2	Interesse da justiça.....	121
3.7	A NOVA REGULAÇÃO NA ESCÓCIA.....	123

4

	CONSOLIDAÇÃO DA PROIBIÇÃO DE DUPLA PERSECUÇÃO PENAL NO DIREITO NORTE-AMERICANO	127
4.1	CONSTITUIÇÕES E LEIS DAS COLÔNIAS.....	128
4.2	A INCORPORAÇÃO DA REGRA DO <i>DOUBLE JEOPARDY</i> À CONSTITUIÇÃO DOS EUA	129
4.3	A ATUAL DOCTRINA DO <i>DOUBLE JEOPARDY</i> NO DIREITO NORTE-AMERICANO.....	134
4.4	AS CONSEQUÊNCIAS DO FEDERALISMO NORTE-AMERICANO EM RELAÇÃO À PROIBIÇÃO DE DUPLA PERSECUÇÃO PENAL.....	137
4.5	A PROIBIÇÃO DE DUPLA PERSECUÇÃO PENAL EM FACE DAS DECISÕES QUE ENCERRAM A RELAÇÃO PROCESSUAL	141
4.5.1	Absolvição (<i>Acquittal</i>).....	141
4.5.2	Condenação (<i>Conviction</i>).....	143
4.5.2.1	<i>Ne reformatio in pejus</i>	146
4.5.3	<i>Mistrial</i>	149
4.5.4	<i>Dismissal</i>	152
4.5.5	<i>Plea Guilty</i>	154

4.6 O MARCO INICIAL DE INCIDÊNCIA DA CLÁUSULA DE PROIBIÇÃO DA DUPLA PERSECUÇÃO PENAL NO DIREITO ANGLO-AMERICANO	157
---	-----

5

A PROIBIÇÃO DE DUPLA PERSECUÇÃO PENAL NO DIREITO ATUAL	163
5.1 EUROPA CONTINENTAL	163
5.2 AMÉRICA LATINA	166
5.3 CONVENÇÕES E TRATADOS INTERNACIONAIS ...	169
5.4 A REVISÃO CRIMINAL <i>PRO SOCIETATE</i>	173
5.5 A PROIBIÇÃO DE DUPLA PERSECUÇÃO PENAL NO DIREITO BRASILEIRO	177
5.5.1 Raízes lusitanas	178
5.5.2 A velada presença da proibição de dupla persecução penal no direito brasileiro	182

6

A PROIBIÇÃO DE DUPLA PERSECUÇÃO PENAL E O RECURSO DA ACUSAÇÃO	189
6.1 EXTENSÃO DO DIREITO AO RECURSO NOS DOIS GRANDES SISTEMAS DO DIREITO	190
6.1.1 Paridade de direitos nos países do <i>civil law</i> ..	191
6.1.2 Limitações aos recursos da acusação nos países do <i>common law</i>	195
6.1.2.1 As limitações ao recurso da promotória no direito norte-americano	199
6.1.2.2 As limitações ao recurso da promotória no direito inglês	203

7

PROIBIÇÃO DE DUPLA PERSECUÇÃO PENAL ENTRE DISTINTAS JURISDIÇÕES 205

- 7.1 JURISDIÇÃO NACIONAL E JURISDIÇÃO INTERNACIONAL..... 206
- 7.2 JURISDIÇÃO FEDERAL E JURISDIÇÃO ESTADUAL 214
- 7.3 JURISDIÇÃO PENAL E PODER SANCIONADOR ADMINISTRATIVO 222
 - 7.3.1 Acúmulo de sanções administrativo-tributárias e penais no direito brasileiro 233
- 7.4 JURISDIÇÃO CIVIL E JURISDIÇÃO MILITAR..... 236

8

O PENSAMENTO DA DOCTRINA E DA JURISPRUDÊNCIA NACIONAIS ACERCA DA INCIDÊNCIA DA PROIBIÇÃO DE DUPLA PERSECUÇÃO PENAL SOBRE AS DECISÕES JURISDICIONAIS 243

- 8.1 CLASSIFICAÇÃO DAS DECISÕES JURISDICIONAIS 244
 - 8.1.1 Sentença de condenação 249
 - 8.1.2 Sentença de absolvição..... 253
 - 8.1.3 Decisão de impronúncia 255
 - 8.1.4 Decisão de anulação do processo 259
 - 8.1.5 Decisão concessiva de *habeas corpus*..... 262
 - 8.1.6 Decisão de extinção de punibilidade 268
 - 8.1.7 Decisão de rejeição de denúncia ou queixa.. 272
 - 8.1.8 Decisão de arquivamento do inquérito policial 279

8.1.8.1	Arquivamento implícito	284
8.1.9	Decisão homologatória de transação penal...	288

9

DOS EFEITOS DA PROIBIÇÃO DE DUPLA PERSECUÇÃO PENAL EM FACE DAS DECISÕES DE ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO, REJEIÇÃO DE DENÚNCIA OU DE QUEIXA E HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO PENAL 295

9.1	NÍVEIS DE COGNIÇÃO DOS ATOS DECISÓRIOS ...	296
9.2	MÉRITO E CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DA AÇÃO PENAL	298
9.2.1	Objeto do juízo de admissibilidade.....	303
9.2.2	Graus de cognição diferentes.....	307
9.2.3	Qualidade e quantidade dos elementos informativos objetos do juízo de admissibilidade	309
9.3	DOS EFEITOS DA DECISÃO DE REJEIÇÃO DA DENÚNCIA OU QUEIXA	316
9.3.1	Rejeição da denúncia ou da queixa por estar extinta a punibilidade.....	317
9.3.2	Rejeição da denúncia ou da queixa por atipicidade da conduta.....	321
9.4	DOS EFEITOS DA DECISÃO QUE ARQUIVA O INQUÉRITO POLICIAL	329
9.4.1	Arquivamento do inquérito policial em razão da atipicidade da conduta	329
9.4.2	Arquivamento do inquérito policial em razão da presença de causa de extinção da punibilidade	342

9.5 DOS EFEITOS DA DECISÃO QUE HOMOLOGA TRANSAÇÃO PENAL.....	346
CONCLUSÕES	355
REFERÊNCIAS	367
POSFÁCIO	381